

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 21 de julho de 2015	Local: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade- Funbio – Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar
Horário: 10 hs até 18hs	
Número total de participantes: 1) MEMBROS DOADORES: <ul style="list-style-type: none">• NÚMERO DE MEMBROS INSTITUCIONAIS: 05• NÚMERO DE MEMBROS CORPORATIVOS: 01• NÚMERO DE MEMBROS INDIVIDUAIS: 0	
2) MEMBROS DO GOVERNO: <ul style="list-style-type: none">• MMA: 01• MPOG: 00	
Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio: 01 2) Secretaria e outros observadores: 07	
Listagem completa de participantes: em anexo	
Presidente da reunião: Antonio Paulo de Azevedo Sodré	

Handwritten signatures and initials:
AC, DC, ME, SA, VAO

Agenda do Dia:

1. **Introdução: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião e aprovação dos itens da agenda.**
2. **Atualização sobre Gestor de Ativos/ Atualização sobre processo de contratação do novo gestor de ativos.**
3. **Atualização sobre execução financeira das UCs pelo FT.**
4. **Nova Previsão de assinatura do Decreto.**
5. **Resultados das reuniões: Comitê do Programa, Fórum Técnico e Oficina de Aceleração.**
6. **Previsão/estimativas de consolidação das UCs que receberão apoio do FT no próximo biênio.**
7. **Atualização Gestões BNDES/ARPA/MMA/Fundo Amazônia.**
8. **Atualização sobre doações: KfW , GEF e Suez.**
9. **Atualização sobre Condições de Desembolso.**
10. **Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT.**

Anotadas as presenças de 07 membros do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré (WWF Brasil), Meg Symington (WWF US), Vecita Chicchón (Moore) por Skype, Gustavo Fonseca (GEF) por conference call, Christian Lauerhass (KfW), Aldo de Souza (Anglo American) e Sergio Collaço de Carvalho (MMA), bem como Manoel Serrão, Superintendente de Programas do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT e equipe respectiva, contando com Manuela Muanis, Ilana Nina, Clarissa Pimenta e Flávia Neviani, o Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré, preside a reunião e convida Flávia Neviani para secretariá-la. Estão presentes como observadores Clarice Ferreira (Anglo American), Thiago Barros (MMA) e Antonio Sena (ICMBio), consultor intrínseco. O Presidente dá início aos trabalhos às 10h da manhã declarando aberta a reunião.

I. Item 1 da pauta aprovada: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião e aprovação dos itens da agenda

O Presidente inicia falando dos pontos da última reunião: O CFT decidiu que não aceitará novas doações com governança distinta das delimitações determinadas pelo Manual do FT; definida nova

MS

MS
2
AC

composição do Subcomitê Financeiro que passou a ser integrado por Antonio Paulo de Azevedo Sodré, Christian Lauerhass, Avecita Chicchón e Gustavo Fonseca atuando acoplado à Comissão de Gestão de Ativos do Funbio, mas mantendo seu poder deliberativo quanto à Política de Investimentos do FT; preparação de uma lista de gestores para seleção internacional relativa aos recursos do FT no exterior e argumentação para um processo de *short list*; foi aprovado pelo CFT que os recursos da MAC no total de US\$8 milhões devem ser executados em primeiro lugar durante 4 anos; foi feita a apresentação do processo de escolha das novas UCs que serão incorporadas ao Programa. Após ressaltar os pontos da última reunião, o Presidente demonstra preocupações com o investimento do FT pois os desembolsos estão sendo menores que os previstos, havendo maior volume de recursos no Brasil do que o previsto para os desembolsos nos próximos quatro anos. Semana passada começamos a alongar o prazo dos investimentos. Na Política de Investimentos havia sido decidido que os investimentos mantidos no Brasil seriam os referentes às perspectivas dos 04 anos seguintes de desembolso para o Programa, no entanto, não vale a pena remeter os recursos de volta e deveremos fazer pequenos ajustes na Política. O Presidente irá organizar material e pauta para a discussão da Política de Investimento pelo Subcomitê Financeiro que se reunirá com a Pragma posteriormente.

DELIBERAÇÃO 1

Serão realizados pelo Subcomitê Financeiro pequenos ajustes na Política de Investimentos do Fundo de Transição e nos investimentos, considerando a realidade do ritmo dos desembolsos do Programa Arpa.

II. Item 2 da pauta aprovada: Atualização sobre Gestor de Ativos/ Atualização sobre processo de contratação do novo gestor de ativos

O Presidente informa que em junho de 2015 o patrimônio do FT correspondia a R\$ 207.400.000,00 (duzentos e sete milhões e quatrocentos mil reais), equivalentes a US\$ 66.800.000,00 (sessenta e seis milhões e oitocentos mil dólares). O Presidente informa que o Subcomitê Financeiro está trabalhando com a Pragma e semana que vem haverá reunião. Como os outros integrantes do Subcomitê não estarão presentes, o Presidente pede que os demais membros lhe apresentem suas questões específicas para que ele possa levar para esta reunião na quinta-feira próxima. O Presidente passa a palavra para Christian Lauerhass solicitando suas informações quanto ao processo perante o KfW para a escolha do gestor de ativos para a administração dos recursos no exterior. Christian inicia informando sobre o contrato de gestão de ativos relativo aos recursos que estão no Brasil. A ampliação do mandato de 3 para 5 anos é possível para Pragma, dependendo do aumento do patrimônio gerido (ou seja, caso haja uma variação muito grande do total de recursos administrados precisará de uma nova consulta) e

MS

ML

AL

AP³

AS

GP

ino

DC

consequentemente da remuneração do Gestor de Ativos. Caso o custo da administração dos gestores ultrapasse a monta de 100 mil euros, será necessária mais de uma instância de aprovação do KfW para a não objeção às contratações. Quanto aos recursos que estão no exterior é possível fazer a seleção por *short list*, na verdade temos uma *long list*, composta por 15 diferentes gestores. De qualquer forma, o KfW ainda aguarda resposta de Frankfurt. O Presidente pergunta se há previsão de prazo. Christian disse que o mais rápido possível, mas que, como são férias na Alemanha, estima que as não objeções para o início do processo de licitação devem demorar umas 4 semanas, até final de agosto.

III. Item 3 da pauta aprovada: Atualização sobre execução financeira das UCs pelo FT

O Presidente inicia o ponto da pauta lembrando a decisão da última reunião do Comitê, no sentido de que os recursos da MAC Foundation (8 milhões de dólares) deverão ser gastos nos primeiros anos de execução do FT. O Presidente pergunta se é possível executar este montante em 4 anos. Aylton responde que ainda não tem certeza, mas há indicações de ser possível. Meg informa que é possível estender o contrato com a MAC para 5 anos (2019), embora seja ótimo se o mesmo for finalizado em 4 anos, conforme previsto. Sergio Collaço diz que a UCP só terá certeza sobre quais e quantas UCs entrarão no FT, quando for realizado o planejamento do próximo biênio em novembro e que unidades novas demandarão uma boa quantidade de recursos. Em 2018 e 2019, espera-se que todos os recursos utilizados pelo programa serão os advindos do Fundo de Transição. Sergio afirma que teremos a previsão de desembolso em outubro quando ocorrerá a próxima reunião do CFT. Manoel lembra que esta conta tem uma variável importante que são os recursos da fase 2 do Arpa e que seria muito importante uma flexibilidade dos doadores no prazo de execução desses recursos, pois ainda há um volume grande deles sob contratos que têm exigências que acarretam uma velocidade de execução mais reduzida. Considerando ainda a passagem das UCs para o FT, será ainda mais difícil finalizar a execução dos recursos da fase 2. Manoel questiona se uma vez efetuados os contratos de consultoria e prestação de serviços para a execução do Programa havendo recursos já pagos e parte ainda comprometidos se estes poderiam ser demonstrados como execução? Meg responde que não. Os recursos devem estar efetivamente pagos para serem considerados executados. O Presidente pergunta se é possível remanejamento de recursos da fase 2 para a 3. Sergio responde que não, e que as negociações com o GEF indicam que os novos recursos devem vir em 2016, mas para isso, é preciso executar totalmente os recursos da fase 2. Sérgio informa que a última reunião do Comitê do Programa (CP) incorporou mais 09 UCs ao ARPA. O Presidente ressalta que é preciso ver a representatividade das áreas e as lacunas, para verificar se as áreas que entraram no Programa estão de acordo com os seus objetivos. Sergio lembra que a deliberação da entrada das Unidades é do CP. O Presidente afirma que entende isso, mas que o WWF pode contribuir com o estudo sobre a representatividade, principalmente em relação aos dois milhões de hectares que faltam. O Presidente pergunta se os 6,5 milhões de hectares de áreas novas

at

us

imo LP

M
H
B
4

previstos entrarão no Programa? Sergio responde que sim, caso feita a criação das áreas em categorias compatíveis com aquelas apoiadas pelo ARPA. Paulo Sodré ressalta ainda que pelas contas originais tínhamos uma previsão de 60 milhões de hectares e pergunta se haverá recursos suficientes com o aumento desta área total. Sergio responde que sim, pois quando foi feito o modelo ele foi conservador e os requisitos de consolidação eram maiores. Meg lembra que a maioria dos custos do Programa são custos recorrentes e se preocupa com o aumento do número de hectares. Sergio explica que os custos de consolidação não levam em conta tanto as áreas das Unidades, mas o número/quantidade de UCs. Avecita pergunta qual é o impacto nas projeções financeiras se forem incluídas mais áreas considerando que os cálculos do plano financeiro do Programa Arpa foram feitos com 60 milhões de hectares. Sergio responde que foi feita uma reavaliação do modelo de projeção de custo e de ganho financeiro com a realidade das Unidades para a terceira fase, considerando custos menores para a consolidação. O modelo de custo deu espaço para abrigar mais unidades. O modelo original previa que teríamos que adotar 8 unidades para alcançar a meta dos 60 milhões de hectares e que atualmente ainda há espaço para novas unidades. Manoel informa que de novembro de 2014 a junho de 2015 foram executados R\$ 899.000,00 (oitocentos e noventa e nove mil reais, sendo R\$ 1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais) considerando também o valor comprometido. Ressalta aumento na velocidade de execução de abril a junho de 2015, em comparação com o período de novembro de 2014 a março de 2015. Enquanto no período anterior, compreendendo 5 meses, foram executados R\$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais) no período dos últimos 3 meses foram executados R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais). Informa que foi feita há um mês uma oficina de aceleração da execução com a participação do Funbio e do MMA para identificação e adoção de práticas para solução de gargalos. Informa que a média de execução por unidade tem sido abaixo de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e que é necessário ampliar para R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) de execução média anual por UC, para garantir a finalização dos recursos da fase 2 e a utilização dos recursos da MAC no prazo. Este indicador será monitorado. Manuela explica que se for possível acelerar a execução para a média pretendida não será necessária a extensão do prazo no contrato com a MAC, mas se isso não ocorrer, será necessário um aditivo. Aldo de Souza observa a variação de execução entre as UCs conforme gráfico apresentado pelo Funbio, no qual o PE do Cantão e a Resex Arapixi tiveram baixa execução, o Mosaico do Apuí, PARNA do Juruena, Rebio Jaru e Resex Rio Jutai apresentaram execução maior que as duas primeiras e Resex Rio Xingu se destaca com o maior volume de execução. Pergunta quais os motivos para a discrepância de gastos por Unidades. Manoel explica que isso se deve a vários motivos como a experiência do gestor, às circunstâncias locais e ao grau de consolidação de cada Unidade. Sergio lembra que todas as unidades representadas no gráfico estão consolidadas e que a Resex Rio Xingu está passando de Grau I para Grau II. Manoel ressalta que é importante, neste momento, a demonstração da capacidade de gastos, mais por uma questão contratual. Sergio acrescenta que modelo econômico do FT prevê maiores possibilidades de gastos que o modelo da fase 2 e que, pelo menos, 6 a 8 unidades terão alta demanda de gastos. Afirma que há potencial de execução dos recursos. Manoel também informa que há um processo de partida inicial da uma unidade, ou seja, para começar o gasto demora um pouco.

ca

MS

M

Ad

SA

Al-
5
Ac

AC

ino

IV. Item 4 da pauta aprovada: Nova Previsão de assinatura do Decreto

Sergio informa que esteve com a Ministra Izabella Teixeira na semana passada e que ela está trabalhando para que o Decreto saia da mesa da Presidência da República e seja aprovado por ocasião da visita de Angela Merkel, pois o Arpa representa o maior programa de conservação de florestas tropicais. Portanto, a previsão de assinatura de fato é em agosto. O Ato oficial já foi enviado para a Casa Civil e não há mais nada para alterar na redação final do Decreto. Está pronto para ser assinado. Marca claramente a terceira fase e a estrutura nova do Programa Arpa. O Presidente questiona como encaixar nestas datas a divulgação das doações, principalmente a relação com os doadores corporativos como a Anglo. Sergio informa que do dia 20 a 23 de agosto haverá presença de membros oficiais da Alemanha. O Presidente pergunta se é possível encaixar uma visita da Anglo com a Ministra. Sergio responde que depende da agenda da Ministra. O Presidente pede que ele levante esta informação. Sergio informa que a Ministra pretende chamar os doadores para as cerimônias, apenas não definiu as datas e o formato.

V. Item 5 da pauta aprovada: Resultados das reuniões: Comitê do Programa, Fórum Técnico e Oficina de Aceleração

Em relação à última reunião do Comitê do Programa à qual Antônio Paulo Sodré compareceu como observador, o Presidente ressalta que a manifestação da sociedade civil quanto à abstenção na decisão de adesão de áreas não está refletida na ata do CP. A UCP ficou de rever a ata com as considerações do Presidente. Thiago Barros apresenta o Plano de Consolidação, documento que é preenchido pelos gestores das UCs pontuando de 0 a 100 suas metas de consolidação por Marco Referencial ao longo dos anos. Em relação ao Protocolo de monitoramento de biodiversidade, foi informado que a proposta será analisada de forma mais detalhada pelos membros do Comitê do Programa (CP), instância deliberativa, enquanto o Painel Científico de Aconselhamento assessora tecnicamente o CP. O Painel havia sido convocado em março para a avaliação das propostas de criação, mas alguns especialistas não responderam e outros alegaram que devido à grande quantidade de documentos precisariam de mais tempo. O Painel está desmobilizado e deverá ser remontado. Mesmo assim, foi aprovada pelo CP, a adesão de 9 novas unidades ao Programa ARPA. Foram utilizados critérios de exclusão para privilegiar o objetivo de conservação de biodiversidade, como ecossistemas variados, degradação e pressão. Outras unidades demandavam maior aprofundamento mas houve desmobilização do Painel durante o processo de análise. Em abril, o processo de propostas das novas UCs foi disparado. A análise já foi feita, sendo que o prazo para avaliação se encerrou no dia 30. No último dia do prazo, outras 5 propostas foram feitas pelos Estados. Ainda não foram analisadas e estão aguardando a recomposição do Painel Científico de Aconselhamento que atualmente está com 3 vagas disponíveis. A expectativa é boa quanto a estas propostas. Deverão ser avaliadas em agosto. A implementação do Protocolo de Monitoramento

envolve a realização de um curso de monitoramento marcado para agosto, como continuação do encontro realizado em maio, antes da reunião do CP. O Protocolo de Monitoramento terá sua execução iniciada no ano que vem. Thiago apresenta em slides as áreas novas que passaram a integrar o Programa, são do Pará, Amazonas e Rondônia (Rebio Nascente da Serra do Cachimbo, Resex Tapajós-Arapiuns, Esec Auto Maués, PARNA Mapinguari, Rebio do Abufari, PARNA Amazônia, RDS Mamirauá, ESEC Samuel, PE Serra dos Reis) Thiago continua informando que foi deliberada pelo CP uma alteração do módulo I do MOP na página 29 para eliminar um ponto no fluxo de aprovação de solicitações para aquisições, incluindo tetos e limites para as solicitações. A ideia é dar mais celeridade à execução.

Pag. 29 do MOP - Módulo 1:

"Todas as interações entre as UCs e o GF se darão conforme o fluxograma acima. (...). Nos casos em que o valor final exceda em até 15% o valor originalmente planejado; **ou até R\$ 10 mil, e desde que o valor final não exceda em 2 vezes ou mais o valor previsto no POA**, considera-se a variação marginal e o GF deverá proceder com a solicitação sem onerar os limites e tetos da UC solicitante.

Caso a diferença seja igual ou superior a R\$ 10 mil, e corresponda a 15% ou mais do valor previsto no POA, o Funbio deverá solicitar uma justificativa específica para o solicitante, que terá o prazo de 10 dias úteis para encaminhá-la à UCP, junto com o preço real cotado pelo Funbio e o aval do ponto focal de seu órgão gestor para compra ou contratação a partir no valor cotado".

Manoel explica que as boas ferramentas utilizadas pelo Programa sofrem com o passar do tempo, com as alterações de legislação e com outras circunstâncias e motivações e que estamos num momento de revisitar e inovar mecanismos de execução para manter a característica da qualidade e eficiência de ferramentas do Programa. Thiago prossegue alertando que esta alteração no Módulo 1 do MOP deverá ter ressonância e estar refletida na página 63 do Módulo 2 do MOP. O Presidente solicita ao CFT que delibere. Os presentes estão de acordo com as alterações.

Deliberação

Os presentes deliberam por alterar o Módulo 2 do MOP para refletir a alteração no Módulo 1 deliberada pelo CP, passando o Módulo 2, na página 63 a ter a seguinte redação:

"Todas as interações entre as UCs e o GF se darão conforme o fluxograma acima. (...). Nos casos em que o valor final exceda em até 15% o valor originalmente planejado; **ou até R\$ 10 mil, e desde que o valor final não exceda em 2 vezes ou mais o valor previsto no POA**, considera-se a variação marginal e o GF deverá proceder com a solicitação sem onerar os limites e tetos da UC solicitante.

Caso a diferença seja igual ou superior a R\$ 10 mil, e corresponda a 15% ou mais do valor previsto no POA, o Funbio deverá solicitar uma justificativa específica para o solicitante, que terá o prazo de 10 dias úteis para encaminhá-la à UCP, junto com o preço real cotado pelo Funbio e o aval do ponto focal de seu órgão gestor para compra ou contratação a partir no valor cotado".

BR

DC

M

MS

SO

AL

AL - J. J. J.

imo

Thiago prossegue com as informações relativas ao envolvimento dos Estados na fase 3 do Programa. Após a realização da FAUC, o MMA tem entrado em contato com os Estados, neste momento de renovação das ACTs com os mesmos, explicando que há condicionantes de equipe mínima, aumento de orçamento e as demais condições para o recebimento dos recursos do Fundo de Transição e que os Estados devem se preparar para atender estas condições para não sofrerem impacto no percentual de recursos que potencialmente poderão receber do Programa. Em relação à estruturação da interação entre Brasil, Peru e Colômbia para a sinergia entre os programas de conservação na Amazônia contemplada na estratégia para o recebimento dos fundos da próxima fase do GEF, por meio do Banco Mundial, foi realizada uma visita da delegação peruana a Brasília. A delegação peruana obteve orientação de experiências que deram certo e que não deram, para trabalharem no Peru a possibilidade de um programa similar. No seu último dia de visita, participaram da reunião do Fórum Técnico. Nesta reunião foi apresentado o Protocolo de Monitoramento da Biodiversidade que é uma ferramenta nova, chamada SAMGe desenvolvida pelo ICMBio, para análise e monitoramento da efetividade de gestão. Vislumbra a possibilidade de integração das informações que hoje há no FAUC. O Fórum Técnico contou com a participação de todos os pontos focais, de doadores e do Funbio e ali foi feita uma oficina de aceleração da execução. Serão apresentados relatórios periódicos de execução. Dois gargalos foram identificados: contratação de plano de manejo e de obras de infraestrutura. Prevê-se oficinas de capacitação específica para os gestores. Também foi feita a revisão dos fluxos de ajuste, para evitar que solicitações fiquem paralisadas aguardando correções. Ficou estabelecido um prazo máximo para a pendência ser resolvida. Do contrário a solicitação será cancelada e deverá ser iniciada novamente. A ideia é que as equipes priorizem as solicitações que estão em ajuste. Foi criado um sistema de alerta. Na falta de interação mesmo com o envio do alerta, o cancelamento será automático e enviado aos participantes. Foi determinada a utilização de modelos para elaboração de TDR, serviços, consultorias, tutoriais e sistemas de alerta. O ponto focal deve orientar as solicitações de acordo com as prioridades do próprio órgão. Foi solicitada a disponibilização do procedimento interno do Funbio para o conhecimento dos gestores. Verificou-se a necessidade de ajustes em procedimentos, especialmente nos referentes aos Termos de Doação. O fluxo foi revisitado no sentido de que os termos de doação sejam encaminhados diretamente para a área técnica do ICMBio e não para a Presidência reduzindo um fluxo interno entre presidência e área técnica. Meg pergunta se o Funbio tem equipe suficiente para absorver as necessidades de aceleração da execução. Manoel explica que o Funbio segmentou sua área de compras por setores e que está preparando a contratação de 3 técnicos nos próximos 3 meses para eliminar o passivo de compras e que absorverá parte desta nova equipe no futuro. Também ressalta a reflexão e propostas de ajustes de processo para melhoria e simplificação contemplando também a gestão de riscos. Para solucionar questões como compras feitas em fornecedores em pontos muito distantes da entrega, o que implica em valor alto de transporte e de tempo, o Funbio irá rastrear os fornecedores locais e elaborará um cadastro visando ganho de eficiência ao Programa. Em relação às especificações, foram efetuadas Especificações Padrão para evitar diversas cotações de um mesmo bem. Estas especificações atenderiam a 90%

CA

AC

M

MS

SP
ms

M

A

R

das necessidades das Unidades. Devem ser atualizadas a cada final do ano de maneira a permitir a formação de lotes de compra, acelerando o tempo e diminuindo o custo. Serão realizadas reuniões extraordinárias para reflexões periódicas sobre o melhoramento do Programa.

VI. Item 6 da pauta aprovada: Previsão/estimativas de consolidação das UCs que receberão apoio do FT no próximo biênio

Thiago apresenta as UCs consolidadas em grau I que representam área de 5,5 milhões de hectares. Apresenta também as UCs em estágio avançado de consolidação. Há 05 delas que ainda não recebem recursos do FT, mas em 2016 receberão com certeza (PN Serra da Cutia, Resex Barreiro das Antas, Resex Rio Unini, RDS Rio Amapá, RDS Iguapó-Açu. Estão em discussão mais 31 (22+9 novas) Unidades para a próxima rodada. É preciso manter unidades na fase 2 para a utilização dos recursos do GEF e do KfW. São 22 Unidades que estão próximas da consolidação para entrarem na fase 3. Meg pergunta se há possibilidade de contratar uma empresa apenas para a elaboração de todos os planos de manejo para acelerar o processo. Thiago responde que há grande dificuldade de profissionais capacitados no mercado especialmente na Amazônia. Em agosto, haverá uma oficina de capacitação para elaboração de documentos e a contratação de plano de manejo. PE Cantão e Rebio do Jarú já tem grau de consolidação II. Outras que estão próximas são PN Viruá, PN Anavilhanas, Rebio do Rio Trombetas, PE Igarapés do Juruena e Resex Catuá-Ipixuna, todas somando 1,8 milhões de hectares, faltando alcançar apenas alguns dos marcos referenciais. Em relação à equipe para as unidades, Sergio informa que há previsão de concurso público. Há 450 vagas abertas. A nova Secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, Ana Cristina Barros, tem o objetivo de discutir uma política nacional inovadora para a alocação de pessoal para as Unidades de Conservação. Há um projeto de lei no Congresso Nacional que cria uma carreira de guarda-parques nacional. Há uma possibilidade de guarda-parques terceirizados no Brasil, porém ainda depende de discussão no Ministério de qual modelo de guarda-parques que teremos. Sergio ressalta que o MMA está focado na questão de pessoal.

VII. Item 7 da pauta aprovada: Atualização Gestões BNDES/ARPA/MMA/Fundo Amazônia

O Presidente pede a Sergio que exponha ao Comitê o andamento das negociações com o BNDES. Sergio informa que o MMA está em contato com o BNDES para fechar uma proposta de realizar um ACT (Acordo de Cooperação Técnica) para que recursos do Fundo Amazônia integrem o Fundo de Transição. Em contato por *call*, Gustavo Fonseca informa que precisa saber da possibilidade de recursos do Fundo Amazônia em compor contrapartida para os recursos GEF. Sergio afirma que é preciso destravar o processo com o BNDES neste momento de virada com o Fundo Amazônia, pois está sendo negociada a nova fase do Fundo Amazônia. A estratégia de encontro que está sendo

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "MS" and "ins".

negociada pelo MMA com o BNDES pretende apresentar primeiro uma proposta de 20 milhões de reais, valor mais passível de ser executado ainda para esta fase do Fundo Amazônia o que garantirá que o BNDES tenha uma relação formal com o Fundo de Transição na passagem para próxima fase. Além disso, seria celebrado um ACT com o Fundo Amazônia para o compromisso do BNDES de aportar, nos próximos anos, o restante dos recursos até R\$ 80.000.000,00. A primeira fase do Fundo Amazônia termina em 2018. A negociação com a Noruega pode ser estendida até 2020. Antonio Paulo Sodré esteve no BNDES, onde foi informado que há uma questão do contrato que o BNDES tem com a Noruega e que isso não os permitiria colocar os recursos no Fundo de Transição. Sérgio afirma que eles não podem considerar como execução o direcionamento de recursos do Fundo Amazônia para o Fundo de Transição, mas que tudo pode mudar na segunda fase do Fundo Amazônia. O principal para o BNDES seria executar os recursos, mas que poderiam estar no Fundo de Transição. O Presidente pergunta quem encabeça a negociação. Sérgio informa que os negociadores do Fundo Amazônia do governo são o MRE e o MMA, este representado pelo Gaetani e o Klink. A questão é se teríamos que gastar em 3 anos os recursos do Fundo Amazônia, caso o BNDES os coloque no Fundo de Transição. Sergio diz que sim e Paulo lembra que não conseguiríamos gastar os recursos neste tempo. Sergio defende a negociação para a captação de 20 milhões de reais do Fundo Amazonia nesta fase, mesmo que não se consiga executar tudo, porque não há mais relação formal do Programa com o Fundo Amazonia e fica mais confortável para o governo negociar a segunda fase, tendo uma relação formal corrente e acredita que o problema de execução pode ser superado. Disse que negociaria a celebração de um ACT entre o MMA e o BNDES. Manoel esclarece que as medidas de aceleração são boas, mas não suficientes para executar esse volume de recursos além dos recursos do GEF, do KfW da 2ª fase e os recursos da MAC até 2018. O Presidente, considerando que é o MMA que está negociando com o BNDES, questiona ao MMA se tem uma proposta para esta situação. Sérgio afirma que não, pois falta um consenso entre o MMA e o Funbio para encaminhar a proposta para o BNDES. Manoel afirma que não há qualquer problema em apresentar proposta e que, inclusive, o Funbio existe para isso. Porém, ressalta, que deve ser colocada na mesa a possibilidade de não execução desses recursos no prazo e uma cláusula deve ser incluída no contrato prevendo esta situação. O Presidente então propõe que se negocie a entrada dos recursos e que se não executados em tempo, migrariam para a fase 2 do Fundo Amazônia. Manoel pergunta a Gustavo sobre a possibilidade de contingência para a migração dos recursos do GEF da segunda fase para outra etapa. Gustavo responde que esta questão é mais adequada ao BM do que ao GEF, porque o BM é agência implementadora dos recursos GEF da fase 2. Afirma que no caso de saldo pode haver a devolução ou a definição pelo reinvestimento. É uma decisão da agencia implementadora. O Presidente então afirma que, dado que a negociação com o BNDES já está neste estágio, nos resta inserir no contrato com o BNDES uma escala de parcelamento dos desembolsos e uma cláusula já com a possibilidade da não execução destes recursos e quais os procedimentos que seriam adotados. Gustavo afirma que causam desconforto os cenários da possível não execução apresentados pelo Funbio e que é preciso resolver como serão as projeções de execução. É preciso ter um plano de como irão se adequar os prazos de execução, considerando as dificuldades de execução do Programa às

GA
ms

CP

AS

ML

MS

AA

AM

AS

dificuldades eventuais das condições dos doadores e também as dificuldades da ponta. Gustavo afirma que este tipo de cláusula que prevê a possibilidade de não execução é muito difícil de entrar no contrato. Meg pergunta porque não esperamos o Fundo Amazônia parte 2 para captar a totalidade dos 80 milhões para o Arpa. Sergio responde que o Fundo Amazônia é muito maior que o Arpa e que se não tivermos já uma relação formal com o Fundo Amazônia antes da segunda fase, estaremos muito inseguros. Manoel propõe olhar o programa como inteiro e buscar a flexibilização onde necessário. Gustavo propõe que a captação com o BNDES agora seja de 10 milhões de reais e não de 20 milhões. Sergio não acredita que esta seja uma boa estratégia. Aldo de Souza entende que são duas discussões diferentes e que se verifica que há uma instabilidade de execução por UCs que precisam ser sanadas. Aldo entende que a presença formal do BNDES como banco brasileiro no Programa Arpa é importante para os doadores atuais. Paulo coloca na mesa a necessidade de deliberação quanto a seguir as negociações com o Fundo Amazônia ainda nesta fase. Se manifestaram favoravelmente ao seguimento da negociação o Presidente Paulo Sodré, Gustavo Fonseca, Christian Lauerhass, Aldo de Souza e Sergio Collaço.

Meg solicita que a proposta seja enviada a ela e aos demais membros do CFT por escrito para que ela e Aveccita possam examinar com calma e avaliar a situação antes da deliberação e formalizem sua votação via eletrônica.

Deliberação

A proposta para a continuidade da negociação com o BNDES é aprovada por 5 dos membros do Comitê e aguarda ainda a manifestação por e-mail de dois membros doadores, Fundação Moore e WWF –US. O Funbio redigirá o teor da proposta apresentada pelo MMA e pelo Presidente e a encaminhará para os membros do CFT. A votação e/ou sua confirmação será feita eletronicamente e os e-mails com os votos serão anexados à ata desta reunião como parte dela integrante.

VIII. Item 8 da pauta aprovada: Atualização sobre doações: KfW, GEF e Suez

O Presidente então, solicita a Gustavo informações quanto aos encaminhamentos para o recebimento de recursos do GEF pelo FT. Gustavo informa que no âmbito do GEF o projeto tem que ser submetido até o final do mês e deverá ser avaliado até o final de agosto. Sergio explica que MMA trabalhou com Peru e Colômbia para que os 03 países possam acessar recursos para manejo florestal na Amazônia. Há uma proposta guarda-chuva. A recuperação de áreas degradadas e integração dos países são componentes da proposta, entre outros. Para o FT a proposta é de US\$ 30 milhões. Assim que houver o endosso da SEAIN, a proposta será enviada ao GEF. Deve ser feita até dia 31 de julho de 2105. O PFD apenas depois que tiver as propostas dos outros dois países. Gustavo informa que não há necessidade de uma aprovação do Conselho do GEF, mas do CEO. Mas pela experiência que ele tem, os membros do Conselho pedirão para dar uma olhada no documento. Depois de outubro haverá o prazo de um ano, um ano e meio para negociar a contratação.

CM

AG

AA

Ad

11

MS

ML

LS

no

O Presidente então pede explicações quanto aos andamentos para a entrada dos novos recursos do KfW para o FT. Christian informa que o KfW enviou o relatório final para o BMZ que já foi analisado e que há permissão para fechar o Contrato de Contribuição Financeira e o Acordo em Separado e a previsão de fazer isso será por ocasião da visita da Merkel. O Contrato de Contribuição financeira já está negociado e está no início a negociação do Acordo em Separado com o Funbio e o MMA.

O Presidente então solicita as informações quanto ao andamento das negociações com o potencial doador corporativo SUEZ. Manoel informa que vimos mantendo contato com a SUEZ que demonstrou que teria algo em torno de US\$ 3 milhões a US\$5 milhões, mas têm dificuldade de levantar parte disso (1,5 milhão de dólares) em cash. Propôs fazer o aporte em serviços e bens. Havíamos acordado que o Programa não receberia bens e serviços. Como o CFT vê essa possibilidade? Caso o CFT entenda que isso é aceitável, é importante notar que não necessariamente esses 1,5 milhão de dólares em serviços e bens casariam com os marcos referenciais. A SUEZ ventilou a hipótese de instrumentos de monitoramento ou de vigilância, drones, câmaras. Se houver o entendimento do FT que esses recursos podem vir na forma de bens e serviços, seria um adicional. Prevê ainda que o fechamento deste acordo tem probabilidade de acontecer na COP de Paris. Meg lembra que o BID está aportando recursos fora do FT também. Paulo não apresenta objeção em receber parte dos recursos no valor de 1,5 milhão de dólares em bens e serviços. Christian, Aldo e Gustavo não apresentam objeções e fica aprovado o recebimento da doação da SUEZ nestes termos, devendo ser ajustado com a SUEZ – ICMBio e Funbio as categorias de gasto para que os recursos sejam bem aproveitados.

Deliberação

O CFT aprova a negociação com a SUEZ para o aporte ao FT de US\$ 3,5 milhões em dinheiro e US\$ 1,5 milhão em bens e serviços, devendo haver cuidado com a determinação das categorias de gastos para o aporte em bens e serviços para que sejam adequados ao Programa Arpa.

IX. Item 9 da pauta aprovada: Atualização sobre Condições de Desembolso

Segue abaixo o quadro apresentado por Thiago Barros.

Nº	Condição de Desembolso	Status
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	<ul style="list-style-type: none"> • Regra dos 15% atualizada no módulo I • Política de Investimento inserida no Anexo 2.2 • Lista de UCs atualizada

6/3
ms

ck
AG

ml

TA

MS

12
Da
An

2	Inexistência de perda líquida de UCs	Ganho líquido de 6,7 milhões de hectares: <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da RESEX Médio Juruá (33.705 ha) - Criação da RDS Puranga Conquista (saldo de 6.3 ha) - Adesão de 9 UCs (aproximadamente 6 milhões de ha)
3	Relatórios Financeiros por UC	Todos os OG enviaram contrapartida referente a 2014 <ul style="list-style-type: none"> - Baixo aporte de recursos não salariais. Ex: AC e AM - Relatórios de execução não apresentam detalhamento por marco referencial <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de TdR para contratação de consultor para detalhamento dos dados financeiros dos OG
4	Plano de Consolidação	ICMBio, AM e AC enviaram seus planos preenchidos de acordo com as metas do Programa <ul style="list-style-type: none"> • TO possui 1 UC já consolidada
5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	MMA em articulação com: <ul style="list-style-type: none"> - BNDES (ACT e 1º Tranche de R\$ 20 milhões) - KFW (previsão de assinatura em agosto - €31 milhões) - GEF (avanço no PFD US\$ 30 milhões)
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	100% da meta alcançada (R\$ 17.667.674,34 – 20% de aumento)
7	Monitoramento da conservação da Biodiversidade	Meta federal de 5 UCs do ARPA foi atingida: <ul style="list-style-type: none"> - 6 UCs federais de grau II estão em processo de implantação. <ul style="list-style-type: none"> - 4 UCs federais de grau II capacitadas • Protocolo apresentado ao CP e ao Fórum Técnico - UCP deve auxiliar os OG estaduais a elaborar o planejamento de implementação dos Protocolos de Monitoramento ainda em 2015
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	<ul style="list-style-type: none"> • ESEC Alto Maués criada em 2014 (668.170 hectares) • ESEC Mamuru/PA concluiu estudos ao final de 2014, e aguarda publicação (126.302 ha) • 14 processos de criação sendo apoiados (4,5 milhões de ha)
9	Aumento dos recursos Financeiros não-salariais	Aumento de recursos para os estados MT, PA, TO, AP e ICMBio <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de elaboração da trajetória (porcentagem de crescimento) por parte do GF
10	Desempenho de consolidação	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de consolidação em elaboração • FAUC aplicada em 2015

AC

ML

LS

FE

MS

13
 ANI

ino

		<ul style="list-style-type: none"> • O desempenho de consolidação será avaliado a partir do próximo ano com a aplicação da FAUC, conforme os Planos de Consolidação
11	Número Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • 68 % (36) das UCs em grau I alcançaram a meta de 2 gestores por UC • 24% (9) das UCs em grau II alcançaram a meta de pelo menos 5 gestores por UC

O Funbio fará os ajustes no Módulo 2 do MOP e enviará o MOP atualizado ao CFT, bem como o link do site do Funbio onde o mesmo está disponível.

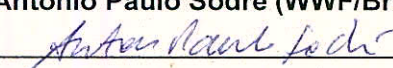
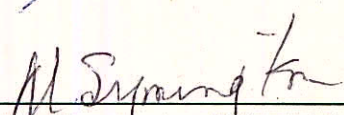
Thiago informa ao CFT as próximas ações e atividades do Programa a ocorrerem em agosto e setembro de 2015: Oficina gestão de conhecimento; Reunião comissão e gestores; Análise 05 propostas criação e 09 de adesão pelo CP; Seleção de novos 03 integrantes para o PCA; Visita oficial alemã no Brasil; Renovação de ACTs; Oficina para UC de elaboração de Plano de Manejo e Reunião CP. Em setembro, ocorrerá o Encontro de Gestores no CBUC-Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

X. Item 10 da pauta aprovada: Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT

Mantida reunião do CFT em 29 de outubro e a do CP em 28 de outubro.

Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta ata, lida e achada conforme, assinam-na o Presidente e os membros presentes, bem como a secretária e os demais integrantes da Secretaria Executiva do CFT presentes à reunião.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2015.

CFT:
<hr/> Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil) 
<hr/>  Meg Symington (WWF/US)

ca

DC

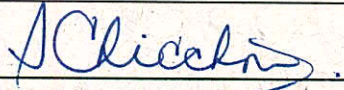
MS

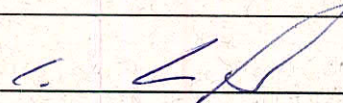
W

(Handwritten initials)

(Handwritten initials)


Gustavo Fonseca (GEF)


Avecita Chicchón (Moore Foundation)


Christian Lauerhass (KfW)

Aldo de Souza (Anglo American)

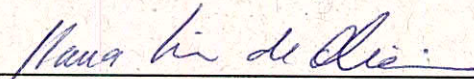
Sergio H. Collaço de Carvalho (MMA/Brasil)

Consultor Intrínseco:


Antonio Sena (ICMBio)

Secretaria Executiva do CFT:

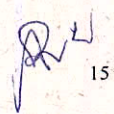
Manoel Serrão
Superintendente de Programas do Funbio


Ilana Nina de Oliveira
Gerente do Programa Arpa no Funbio

Clarissa Pimenta
Assistente da gerência do Programa Arpa no Funbio

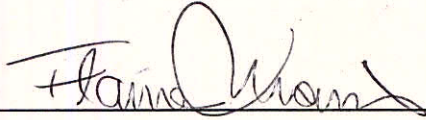





15



Manuela Mossé Muanis
Consultora para o Fundo de Transição



Flávia Neviani (Secretaria da Reunião)
Gerente da Assessoria Jurídica do Funbio

an



Anexos

1) Resumo discussões e proposta de encaminhamento em relação ao item 07 da pauta (documento enviado aos membros do CFT por mensagem eletrônica no dia 27/07/2015):

4ª Reunião Extraordinária Comitê Fundo de Transição – 21 de julho de 2015

Resumo discussões item 07 da pauta aprovada:

- **Atualização negociações BNDES/ARPA/MMA/Fundo Amazônia**

Durante a última reunião do CFT, realizada no dia 21/07/2015, o MMA informou que está sendo negociada a nova fase do Fundo Amazônia e que este é um momento importante para o Programa ARPA reestabelecer uma relação formal com o BNDES, já que o contrato da 1ª doação se encerrou em abril de 2015. O MMA tem trabalhado com o BNDES uma estratégia para firmar ainda nesta fase do Fundo Amazônia um contrato de contribuição no valor de R\$20 milhões, juntamente com um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que garanta o aporte de mais R\$60 milhões durante segunda fase do Fundo Amazônia. Vale ressaltar, que a primeira fase de tal Fundo tem o final previsto para 2018, podendo ser estendida até 2020 a partir das negociações com a Noruega.

O Funbio ressaltou o risco existente na celebração deste contrato nas condições negociadas, uma vez que ainda estão em execução os recursos tanto do GEF/Banco Mundial (R\$31 milhões até 2016) quanto do KfW (R\$40 milhões até 2017) alocados na Fase II do Programa Arpa. Soma-se a isto o compromisso assumido pelo CFT pela execução dos recursos da MAC (US\$ 8 milhões até 2017) durante os primeiros 3 anos de operação do Fundo de Transição (com possibilidade de extensão por mais um ano). O cronograma de execução para estes recursos, de acordo com as disposições contratuais implica na execução de R\$115 milhões, até 2020, dependendo ainda do aditamento dos contratos vigentes. Atualmente a média de execução do ano de 2014 no Programa Arpa Fase II é de R\$132mil por Unidade de Conservação (UC) e no Fundo de Transição de R\$111mil.

Um trabalho conjunto entre MMA, ICMBio, órgãos gestores estaduais e Funbio vem sendo desenvolvido para identificar os gargalos de execução do Programa e várias alternativas tem sido discutidas e implementadas para elevar o ritmo da execução. Ainda assim a taxa mínima de execução que precisa ser alcançada é de cerca de R\$190mil ao ano por UC para execução dos recursos do FT. Sendo assim, o Funbio entende que a decisão dos doadores de captar mais R\$20 milhões, condicionados a execução integral até 2018 ou na melhor das hipóteses 2020, apesar de extremamente positiva para o Fundo de Transição, deve ser realizada de maneira prudente, com garantias de que:

- **Sejam incluídas cláusulas de contingência no contrato negociado com o BNDES/Fundo Amazônia, resguardando o Programa ARPA e as organizações diretamente envolvidas de eventuais atrasos na execução. Tais como:**

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "AC", "no", and "A".

- Que os recursos integrem as regras do FT em sua lógica de investimentos e desembolsos, entre outras;
- Os demais doadores estejam abertos a negociação da flexibilização dos períodos de execução dos contratos que se encerram no período.

O Presidente do CFT propôs então que o contrato para a captação de R\$20 milhões para o Fundo de Transição seja realizado neste momento, juntamente com um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) sinalizando o “compromisso” do aporte futuro de mais R\$60 milhões por parte do BNDES/Fundo Amazônia. O contrato deve prever ainda uma escala de parcelamento dos desembolsos e cláusulas esclarecendo quais as medidas a serem adotadas caso se verifique durante o andamento do projeto uma execução aquém do planejado, evitando assim a devolução dos recursos contratados. Vale ressaltar que a decisão dos Membros do Comitê do Fundo de Transição está motivada, no objetivo comum, pela mobilização de recursos adicionais que completem o alcance das metas de captação do FT e caso se faça necessário, no compromisso de empenhar seus melhores esforços na flexibilização dos prazos de execução dos recursos já contratados por eles mobilizados.

2) Mensagens eletrônicas em resposta ao e-mail enviado em 27/07/2015 - Deliberação do item 07 da pauta:

De: christian.lauerhass@kfw.de [mailto:christian.lauerhass@kfw.de]

Enviada em: quarta-feira, 26 de agosto de 2015 15:44

Para: ilana.nina@funbio.org.br; meg.symington@wwfus.org

Cc: secretariacft@funbio.org.br; cftarpa@funbio.org.br

Assunto: AW: CFT 21 07 2015 - Resumo Discussões item 07 pauta aprovada - BNDES_Fundo Amazônia

Prezada Ilana,

Obrigado pelo resumo. Do lado do KfW gostaria de sublinhar alguns pontos:

- 1.) Eu acho importante que, como está sendo dito no documento, os desembolsos da fase ARPA II estão sendo tratados de forma diferente do FT. Na visão do KfW a fase II é um “projeto” e assim temos obrigações de desembolsar de acordo com o cronograma estabelecido, preferiríamos terminar a fase II com prioridade ao FT.
- 2.) Quanto os recursos do KfW no FT não temos um termo fixo, ou seja, até quando os recursos do KfW tem que ser desembolsados, porém existe o limite final que se daria no fim do ano de 2039.
- 3.) As obrigações individuais dos doadores, até quando que valor de que doador tem que ser desembolsado do FT, é um desafio para FUNBIO para gerenciar. Isso tem limites na velocidade com que o FUNBIO pode desempenhar esses recursos de acordo com as regras. E mais um limite do lado das UCs, a respeito de quantos recursos eles podem absorver nesses períodos cruciais. Caso a capacidade de absorver recursos das UC

estiver no limite, como vamos fazer com a contrapartida brasileira? Um parte integral do sistema do FT é o aumento da contrapartida aplicada nas UCs. Mas sem capacidade de absorver recursos nas UCs além dos recursos do FT isso vai ser um problema. Existem modelos que mostram a expectativa dos recursos que devem ser desembolsados versus a capacidade do FUNBIO gerencia-los e a capacidade das UCs de absorver?

Além disso, estamos de acordo.

Obrigado
Christian

De: Sergio Henrique Collaco de Carvalho [mailto:sergio.carvalho@mma.gov.br]
Enviada em: quinta-feira, 30 de julho de 2015 10:53
Para: Meg Symington
Cc: Ilana Nina de Oliveira; CFTArpa; Secretaria CFT
Assunto: Re: CFT 21 07 2015 - Resumo Discussões item 07 pauta aprovada - BNDES_Fundo Amazônia

Cara Ilana,

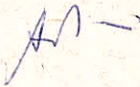
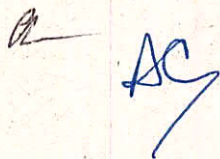
estamos OK com o texto.

Abraço,
Sergio Henrique Collaco de Carvalho
Analista Ambiental
Diretor
Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

De: Symington, Meg [mailto:meg.SYMINGTON@WWFUS.ORG]
Enviada em: quinta-feira, 30 de julho de 2015 10:34
Para: Ilana Nina de Oliveira; CFTArpa
Cc: Secretaria CFT
Assunto: RE: CFT 21 07 2015 - Resumo Discussões item 07 pauta aprovada - BNDES_Fundo Amazônia

Prezada Ilana,

Apoio a proposta como escrito.



Meg Symington

De: Gustavo Alberto Fonseca [mailto:gfonseca1@thegef.org]

Enviada em: segunda-feira, 27 de julho de 2015 18:34

Para: Ilana Nina de Oliveira

Cc: CFTArpa; Secretaria CFT

Assunto: Re: CFT 21 07 2015 - Resumo Discussões item 07 pauta aprovada - BNDES_Fundo Amazônia

Ilana,

Sou favorável à proposta em anexo.

Abraços,

Gustavo

Gustavo Fonseca
Director of Programs
Global Environment Facility

De: AVECITA Chicchon [mailto:AVECITA.Chicchon@moore.org]

Enviada em: terça-feira, 28 de julho de 2015 01:45

Para: Ilana Nina de Oliveira; CFTArpa

Cc: Secretaria CFT; Marina Campos

Assunto: RE: CFT 21 07 2015 - Resumo Discussões item 07 pauta aprovada - BNDES_Fundo Amazônia

Prezada Ilana,

Sou favorável à presente proposta.

Abraços,

AVECITA

AVECITA Chicchón, PhD

Director, Andes Amazon Initiative

GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION

1661 Page Mill Road

Palo Alto, CA 94304

www.moore.org

O 650.213.3114

F 650.213.3003

avecita.chicchon@moore.org

From: Ilana Nina de Oliveira [<mailto:ilana.nina@funbio.org.br>]

Sent: Monday, July 27, 2015 12:13 PM

To: CFTArpa <cftarpa@funbio.org.br>

Cc: Secretaria CFT <secretariacft@funbio.org.br>

Subject: CFT 21 07 2015 - Resumo Discussões item 07 pauta aprovada - BNDES_Fundo Amazônia

Prezados, boa tarde.

Conforme acordado durante a última reunião do CFT, enviamos em anexo um resumo das discussões a respeito do item 07 da pauta aprovada - **Atualização negociações BNDES/ARPA/MMA/Fundo Amazônia**, assim como uma proposta de encaminhamento feita pelo Presidente Paulo Sodré.

Todos os membros do CFT (com direito a voto) devem responder a esta mensagem manifestando sua opinião favorável ou contrária à proposta de encaminhamento. As respostas (e-mails) serão anexadas à ata da reunião como parte integrante dela.

Aguardamos o contato de todos e nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Atenciosamente,

Ilana Nina de Oliveira | Unidade de Gestão de Programas

Tel.: (21) 2123-5315 | Fax: (21) 2123-5354

ilana.nina@funbio.org.br | Skype: ilana.arpa

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio / www.funbio.org.br

Antes de imprimir, pense na sua responsabilidade com o Meio Ambiente

Handwritten signature

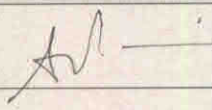
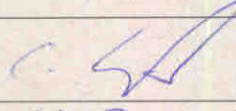
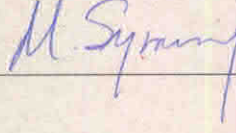

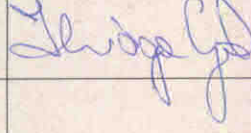


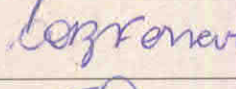

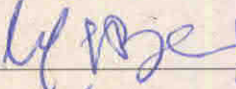
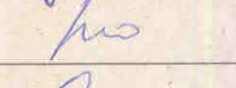
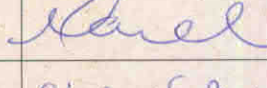
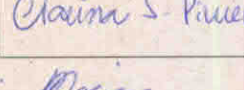
Handwritten signature

Handwritten signature
21

Reunião do Comitê do Fundo de Transição - 21/07/2015

Funbio – Rio de Janeiro

LISTA DE PRESENÇA – 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO

Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Antonio Paulo de A. Sodré	WWF-BR	apasodre@gmail.com	
2	Avecita Chicchon	Fundação Moore	avecita.chicchon@moore.org	
3	Christian Lauerhass	KFW	christian.lauerhass@kfw.de	
4	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
5	Arthur Liacre	Anglo American	arthur.liacre@angloamerican.com	
6	Gustavo Fonseca	GEF	gfonseca1@thegef.org	
7	Sergio Henrique Collaço de Carvalho	Diretor DAP/MMA	sergio.carvalho@mma.gov.br	
8	Thiago Barros	Coordenador ARPA/MMA	thiago.barros@mma.gov.br	
9	Lilian Hangae	Consultor Intrínseco/ICMBio-DIMAN	lilian.hangae@icmbio.gov.br	
10	Antonio Sena	ICMBio/DIMAN	antonio.sena@icmbio.gov.br	
11	Mauro Armelin	WWF/Brasil	mauro@wwf.org.br	
12	Aldo Souza	Anglo American	aldo.souza@angloamerican.com	
13	Clarice Ferreira	Anglo American	clarice.ferreira@angloamerican.com	
14	Flavia Neviani	Jurídico/Funbio	flavia.neviani@funbio.org.br	
15	Manoel Serrão	Superintendência/Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
16	Ilana Nina	Gerência ARPA/Funbio	ilana.nina@funbio.org.br	
17	Manuela Muanis	Consultora/Funbio	mmuanis@gmail.com	
18	Clarissa Pimenta	ARPA/Funbio	clarissa.pimenta@funbio.org.br	

19 Mariana Hackels Gestor Arpa/ Funbio Mariana.hackels@funbio.org.br
 20/07/15